

A constituição está no ar

Alexandre Marino

BRASÍLIA — Já é terça-feira, falta pouco para amanhecer. No Setor Gráfico de Brasília, onde fica a sucursal da TV Manchete, a jornalista Marilena Chiarelli está acabando de editar o **Brasil Constituinte**, único programa da televisão brasileira especializado na cobertura da Assembleia Nacional Constituinte. Ela faz isso todas as semanas, desde janeiro, quando a TV Manchete concretizou e colocou no ar o projeto que, logo após as eleições, ela trouxe dos Estados Unidos, onde passou dois anos e meio vivendo como **free-lancer**.

Além de apresentar o programa, ao lado do editor regional da Manchete, Alexandre Garcia, Marilena seleciona as reportagens, redige os textos e edita todo o material — e já ao meio-dia está de volta aos estúdios, para gravar o debate que compõe a segunda parte do **Brasil Constituinte**. O programa vai ao ar todas as terças-feiras, às 22h20min, e a audiência é sentida através do grande número de cartas que recebe — ou dos protestos dos políticos, que nem sempre gostam do que é mostrado no vídeo.

— Um dos aspectos mais importantes é que não sofremos nenhum tipo de censura interna — Marilena faz questão de contar. — Já fizemos debates com todos os partidos, e trouxemos aqui políticos que nem sempre têm as portas abertas na televisão.

Se não há censura interna, o mesmo não se pode dizer de pressões externas. O caso mais gritante teve como protagonista a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que não agüentou um debate com a também deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) e, à saída, cercou Marilena no jardim da sucursal para ameaçá-la. "Ela me disse que era amiga de Adolpho Bloch (diretor da empresa) e que lhe telefonaria para que ele não deixasse o programa ir ao ar", conta Marilena. "E faltou pouco para que ela me agredisse" (Sandra, aliás, foi comentarista de política da Rede Manchete).

Tudo por causa de uma discussão sobre a legalização do aborto — quan-

do Sandra sacou o argumento do direito à vida para dizer-se contra, Cristina tocou no "calcanhar de Aquiles" da colega: "Como pode falar em direito à vida, se mandou afogar mendigos quando era secretária do governo do Rio?", perguntou a deputada paulista, referindo-se à acusação, nunca provada, de que Sandra era responsável pelo aparecimento de corpos de mendigos no rio da Guarda, quando secretária do Serviço Social durante o governo Carlos Lacerda. Ai, o debate esquentou de vez.

O programa foi ao ar sem problemas — difícil foi editá-lo, já que no calor do debate as duas deputadas não deixavam que Marilena interrompesse as gravações para o intervalo comercial. Naquele dia, Alexandre Garcia nem quis fazer as perguntas no último bloco, como normalmente faz. "Nessa briga eu não entro", disse ele a Marilena.

Mas foi o Congresso Nacional em peso que protestou quando o **Brasil Constituinte** foi ao ar, na última semana de julho, mostrando plenários vazios e os contracheques de deputados e senadores. "O Deputado Ulysses Guimarães me disse que estávamos fazendo o jogo da desmoralização, mas eu lembrei que há 5 meses fazíamos um programa favorável, que tentava mostrar ao público, didaticamente, o que é a Constituinte", conta Marilena.

Nem sempre o debate, parte mais esperada do programa, esquenta. Já houve casos de quase se transformar numa sessão de luta livre — como quando os convidados foram os deputados Fernando Lyra (PMDB-PE) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Já o debate entre o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) e o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) tendeu a frio. No momento da gravação, faltou luz na região, e para não perder tempo, os parlamentares almoçaram no restaurante da Manchete, com Garcia e Marilena. "Os debatedores almoçaram aqui sempre atrapalha, porque eles trocam gentilezas e o debate acaba virando prolongamento do almoço", explica a jornalista, com bom humor.

Apesar de contar com boa audiência nos meios políticos, nem sempre é fácil



Marilena Chiarelli e Alexandre Garcia: boa audiência entre os políticos, mas muitos problemas para organizar os debates entre eles

conseguir alguém para debater. O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, cancelou na última hora sua participação quando soube que teria que trocar farpas com Nelton Frederich (PMDB-PR). "Com este eu não debato", argumentou ele.

A filosofia do programa é, além das reportagens sobre o dia-a-dia da Constituinte, confrontar idéias claramente opostas durante o debate. Sempre com dois políticos apenas. "Às vezes acho isso meio maniqueísta", confessa Mari-

lena, "mas é bom para mostrar as diferenças. O público gosta mesmo é de uma boa briga."

Ela não tem uma fórmula certa para provocar tais brigas. "Nem sempre é possível", diz. Para dar uma pequena amostra do racha do governo, ela pretendia, esta semana, levar Marco Maciel, presidente do PFL, e Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado. Não conseguiu. Os senadores alegaram outros compromissos.

Festival de disparates

O deputado Luis Ignácio Lula da Silva (PT-SP) e o senador Albanó Franco (PMDB-SE) serão as atrações do **Brasil Constituinte** de hoje. Eles vão debater temas como a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho, pontos que estão para ser votados no plenário da Constituinte.

Na primeira parte do programa, o assunto são as emendas esquisitas e curiosas que foram apresentadas ao longo do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte. Há muito a ser explorado. O deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), por exemplo, quer transformar a cidade de Petrópolis (RJ) numa espécie de "Principado de Mônaco" tropical, com estatutos políticos, econômicos, administrativos e tributários próprios.

Tutu Quadros (PTB-SP), recentemente internada em hospital psiquiátrico por iniciativa de seu pai, o prefeito paulista Jânio Quadros, apresentou uma emenda que determina: "Nenhum louco poderá ser internado sem o seu consentimento." A justificativa da deputada é menos estranha: ela cita, entre outros exemplos, maridos bigamos que, desmascarados, dizem que suas mulheres são loucas.

Mas também acontece de algumas emendas absolutamente lógicas terem justificativas no mínimo hilárias. O deputado Uldurico Pinto (PMDB-BA) quer que "nenhuma declaração obtida sob coação tenha valor probatório, exceto contra o coator". A justificativa: "Parece-nos mais técnica, sem perder a vernaculidade, a redução proposta, sem embargo da minha avó repetir amiúde, enquanto foi viva, que elogio em boca própria é vitupério!"

O deputado Samir Uchoa (PMDB-SP) apresentou uma emenda para retirar do texto a óbvia constatação do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), de que homens e mulheres são iguais com exceção da concepção, parto e aleitamento. Uchoa justifica assim: "Ao estabelecer a exceção em favor da mulher de prerrogativas que a natureza lhe deu, evidentemente incorre em lapso o relator, pois deveria igualmente citar as exceções do homem, como por exemplo a ereção e a ejaculação." É mole?